

## CONCURSO C-300 - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

### INSTRUÇÕES

1. Esta prova constará de 100 questões e será realizada em duas etapas, de 50 questões cada.
2. Confira se este caderno contém 50 questões.
3. Todas as questões têm o mesmo valor, sendo considerado aprovado o candidato que acertar, pelo menos, 50 questões.
4. Preencha a parte lateral da folha de respostas com os dados solicitados.
5. Use somente caneta de tinta azul ou preta.
6. Não use caneta com tinta que atravesse ou borre o papel.
7. Assinale na folha de respostas somente a alternativa que entender correta.
8. Não rasgue nem rasure a folha de respostas.
9. A duração de cada etapa da prova é de 4 (quatro) horas.
10. Durante a realização da prova é proibido o uso de quaisquer anotações ou consulta a textos legais.
11. O candidato que tomar identificável a folha de respostas será automaticamente desclassificado.

29/8/2000

BOA SORTE

Prova escrita de Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional, Direito Civil (Lei de Introdução, Parte Geral e Obrigações) e Direito Comercial.

Dia 29/8/2000 - Segunda etapa

## QUESTÕES

### DIREITO DO TRABALHO

51. Assinale a alternativa correta:

- a) Considerando que o contrato de trabalho deve atender a uma base mínima legal, qualquer alteração de suas cláusulas deve resultar da vontade dos contratantes.
- b) As alterações obrigatórias do contrato de trabalho resultam de lei, convenção coletiva ou sentença normativa, e visam a tutela do interesse público ou da categoria, fazendo com que as cláusulas do contrato de trabalho que com elas não se coadunem sejam automaticamente substituídas.
- c) Constitui alteração unilateral ilícita do contrato de trabalho pelo empregador a determinação ao empregado, que exerce função de confiança, para que retome ao cargo efetivo anteriormente ocupado.
- d) O *jus variandi* dá poder ao empregador para alterar as condições qualitativas, quantitativas e circunstanciais do contrato de trabalho, unilateralmente, permitindo que este transfira provisoriamente o empregado do local de trabalho pactuado para outra cidade, sem qualquer acréscimo salarial, desde que por necessidade de serviço.
- e) Ocorrendo a extinção do estabelecimento em que trabalhar o empregado, este deve ser obrigatoriamente transferido para local onde exista outra agência ou filial.

52. Marque a alternativa errada:

- a) A suspensão do contrato de trabalho caracteriza-se pela paralisação de seus efeitos, sem que ocorra sua extinção, enquanto que na interrupção há uma execução parcial do contrato, ocorrendo a interrupção da prestação dos serviços, porém com o pagamento dos salários.
- b) As causas determinantes da suspensão do contrato de trabalho podem ser provenientes de fatos alheios à vontade do empregado, como são exemplos o serviço militar ou encargo público obrigatório, a doença do empregado a partir do 16º dia do afastamento e a aposentadoria por invalidez.
- c) O contrato de trabalho pode ser suspenso pelo empregador, na aplicação de penalidade ao empregado, pelo prazo que entender conveniente, sem qualquer limitação, e sem que

isso implique em rescisão do contrato de trabalho.

- d) A suspensão do contrato de trabalho, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, só pode ocorrer mediante previsão em convenção ou acordo coletivo e aquiescência formal do empregado.
- e) Interrompem a prestação de serviços, sem prejuízo dos salários: doença do empregado nos primeiros quinze dias; férias; feriados; repousos semanais; casos do art. 473, da CLT.

53. Marque a alternativa correta, de acordo com as afirmações abaixo:

- I- Segundo alguns doutrinadores, a dissolução do contrato de trabalho pode ocorrer por resolução, por rescisão ou rescisão, e por caducidade, ocorrendo a primeira quando há inexecução faltosa por parte de um dos contratantes, havendo necessidade de pronunciamento judicial; a rescisão ou rescisão com a cessação dos efeitos do contrato pelas próprias partes, ou por uma delas, independentemente de intervenção judicial; e a caducidade quando os efeitos jurídicos do contrato cessam em razão de um acontecimento natural.
  - II- O direito de rescindir unilateralmente o contrato de trabalho é um direito potestativo das partes, ao qual não se opõe qualquer limitação, seja legal, seja convencional.
  - III- A justa causa possui como elemento subjetivo a culpa do empregado, entendida em sentido amplo, e, como elementos objetivos a gravidade da falta, o imediatismo na rescisão, o nexo de causa e efeito entre a falta e a dispensa e a incoerência de dupla punição.
  - IV- Tendo o empregado mais de dois anos de serviço, o pedido de demissão ou recibo de quitação de parcelas rescisórias só será considerado válido se realizado com a assistência do sindicato de classe ou autoridade da Justiça do Trabalho.
  - V- A dispensa indireta é uma das formas de extinção do contrato de trabalho pelo empregado, sendo-lhe devidos todos os direitos oriundos de uma dispensa injusta.
- a) Todas as afirmações estão corretas.
  - b) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
  - c) As afirmações I, III e IV estão corretas.
  - d) As afirmações II e IV estão erradas.
  - e) Todas as afirmações estão erradas.

54. Marque a alternativa correta, de acordo com as assertivas abaixo:

- I- O pagamento das parcelas rescisórias deve ser efetuado no ato da homologação, podendo ser feito em dinheiro ou através de cheque visado, mesmo quando o empregado for analfabeto.
- II- Nos contratos de trabalho por prazo determinado, em caso de rescisão unilateral antes do término do contrato, sem justo motivo, tanto o empregador, quanto o empregado, ficam obrigados a indenizar a parte contrária dos prejuízos sofridos, nos termos da lei.

dia útil imediato ao término do contrato, quando o aviso prévio for indenizado.

IV - Aplicam-se os princípios que regem os contratos de trabalho por prazo indeterminado aos contratos por prazo determinado, quando estes contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, e quando for exercido tal direito por qualquer das partes.

V- Não é devido aviso prévio na despedida indireta.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) As assertivas II, III e IV estão corretas.
- d) As assertivas I e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

55. Assinale a alternativa errada:

- a) O nosso sistema jurídico adotou a enumeração taxativa das hipóteses de justa causa, disso decorrendo que só pode ser reconhecida justa causa prevista em lei, ficando limitada a livre apreciação da falta pelo juiz.
- b) A despedida ou dispensa do empregado pelo empregador é o exercício de um direito potestativo e se materializa através de uma declaração receptícia de vontade.
- c) Em nosso ordenamento jurídico, a comunicação de dispensa feita pelo empregador ao empregado deve obedecer à forma prevista em lei.
- d) Nos contratos de trabalho por prazo indeterminado, inexistindo justa causa para a rescisão, empregado e empregador são obrigados a comunicar, um ao outro, com antecedência mínima de trinta dias, sua intenção de rescindir o contrato, através de aviso prévio.
- e) Se durante o prazo do aviso prévio o empregador reconsiderar o ato, é facultado ao empregado aceitar ou não a reconsideração.

56. Assinale a alternativa correta, diante das afirmações abaixo:

- I- A redução da jornada de trabalho durante o prazo do aviso prévio tem por finalidade possibilitar ao empregado a obtenção de um novo emprego, propiciando-lhe o tempo necessário à busca do mesmo.
- II- Para a teoria do ressarcimento do dano, a indenização por tempo de serviço compensa a perda do emprego e das vantagens que resultam da antigüidade na empresa.
- III- A estabilidade no emprego difere da garantia de emprego, visto que se destina a impedir a dispensa imotivada, arbitrária ou abusiva, enquanto que esta abrange uma série de medidas destinadas a dificultar a dispensa do empregado, porém sem impedi-la.
- IV- O inquérito judicial trabalhista, para apuração de falta grave, deve ser proposto imediatamente após a falta, quando não houver afastamento, ou no prazo de 30 dias, quando o empregador suspender o contrato de trabalho.
- V- A falta que possibilita a rescisão do contrato de trabalhador estável deve apresentar

gravidade quanto à sua natureza e repetição, representando séria violação dos deveres e obrigações do empregado.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.
- c) As afirmações III e V não estão corretas.
- d) As afirmações I, U e IV não estão corretas.
- e) Todas as afirmações não estão corretas.

57. Assinale a opção correta, levando em conta as afirmações abaixo:

- I- O pedido de demissão de trabalhador estável implica em renúncia à estabilidade e só será válido quando feito com a assistência do sindicato de classe, e, se não houver, da autoridade competente do Ministério do Trabalho ou da Justiça do Trabalho.
- II- Ao trabalhador estável é garantida a indenização por tempo de serviço em dobro, quando sua reintegração no emprego for desaconselhável, em razão de incompatibilidade com o empregador pessoa física, resultante do dissídio, quando for extinta a empresa, ou fechado o estabelecimento, filial ou agência, ou suprimidas suas atividades, sem motivo de força maior.
- III- O empregado sindicalizado e candidato a cargo de direção ou representação sindical, mesmo como suplente, não pode ser dispensado desde o registro da candidatura, até dois anos após o final do mandato, se eleito, salvo se cometer falta grave, devidamente apurada nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.
- IV- Ocorrendo a despedida obstativa à aquisição de estabilidade pelo empregado, tem-se por verificada a condição quanto aos seus efeitos jurídicos, ficando o empregador obrigado a pagar em dobro a indenização devida pela dispensa imotivada.
- V- A força maior é todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente, estando presente mesmo quando há a imprevisão da empresa.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Apenas as afirmações II e IV estão corretas.
- c) As afirmações I e III estão corretas.
- d) As afirmações III e V estão erradas.
- e) Todas as afirmações estão erradas.

58. Assinale a alternativa correta, levando em conta as assertivas abaixo:

- I- O sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço veio substituir o sistema estabilitário, sendo aplicável apenas àqueles que por ele optassem; no entanto, desde a promulgação da Constituição Federal de 05.10.88 que o FGTS é direito de todos os trabalhadores brasileiros, urbanos e rurais, independentemente de opção, deixando de existir o instituto da estabilidade decenal previsto na CL T.
- II- O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas dos trabalhadores e outros recursos a ele incorporados, dentre os quais dotações orçamentárias específicas, resultados das aplicações dos recursos do FGTS, multas, correção monetária e juros moratórios devidos.

.. . III- A gestão da aplicação do FGTS é exercida pelo Ministério da Ação Social, cabendo à Caixa Econômica Federal o papel de Agente Fiscalizador.

IV- O trabalhador pode optar pelo FGTS com relação a tempo de serviço anterior a 05.10.88, e poderá também transacionar tempo de serviço anterior à opção ou a 05.10.88, respeitado o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da indenização simples ou em dobro, conforme o caso.

V- Em caso de despedida sem justa causa, mesmo que indireta, o empregador deverá depositar na conta vinculada do empregado importância correspondente a 20% (vinte por cento) do montante de todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros, deduzidos os saques efetuados.

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) As assertivas II e V estão erradas.
- e) Todas as assertivas estão erradas.

59. De acordo com as afirmações abaixo, marque a alternativa correta:

I- O contrato coletivo de trabalho não pode fugir ao comando das leis que contenham disposições de ordem pública.

II- De acordo com a teoria mista, que prega uma concepção dualista da convenção coletiva, esta possui natureza híbrida, contendo ao mesmo tempo cláusulas de natureza contratual e normas jurídicas.

III- As convenções ou acordos coletivos só poderão ser celebrados pelo sindicato mediante deliberação de assembleia geral convocada especificamente para esse fim, dependendo sua validade do comparecimento e votação, em primeira convocação, de dois terços dos associados da entidade ou dos interessados, caso se trate de convenção ou acordo, e, em segunda convocação, de um terço dos membros.

IV - A lei estabelece o conteúdo obrigatório das convenções e acordos coletivos, devendo os mesmos serem celebrados por escrito, sem emendas ou rasuras, em tantas vias quantos forem os sindicatos convenientes ou as empresas acordantes, não havendo necessidade de registro.

V- As convenções e acordos entrarão em vigor dez dias após a data da entrega dos mesmos no órgão competente, não sendo permitido estipular duração de convenção ou acordo superior a três anos.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) As afirmativas I e IV estão corretas.
- d) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão erradas.

60. Assinale a alternativa errada:

- a) A primeira norma no Brasil que regulou a atividade sindical foi o Decreto nº 979, de

06.01.1903, que previu a criação de sindicatos mistos, envolvendo os profissionais da agricultura e indústria rural de qualquer gênero.

- b) A Constituição Federal de 1988 consagrou a liberdade sindical e afastou a interferência e a intervenção do Estado na criação e organização dos sindicatos, com exceção do registro no órgão competente e a unicidade sindical.
- c) A identidade, a similaridade e a conexidade das atividades e interesses fixam os limites dentro dos quais as categorias econômica ou profissional são homogêneas, possibilitando a associação sindical.
- d) A categoria profissional diferenciada é aquela formada pelos empregados que exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares, independentemente da atividade do empregador.
- e) O sindicato exerce funções de representação, negociação, tributação, assistência e postulação judicial, sendo-lhe permitida também a função político-partidária e a função econômica.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

61. Assinale a alternativa correta:

I- O recurso extraordinário é interposto perante o presidente ou vice-presidente do Supremo Tribunal Federal.

II- Ao Supremo Tribunal Federal compete editar normas restritivas à admissibilidade do recurso extraordinário.

III- Cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal apenas contra decisões, proferidas em única ou última instância, contrárias a dispositivos constitucionais ou que declarem a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal.

IV- Cabe recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça apenas contra decisões proferidas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios que contrariarem tratado ou lei federal, ou negarem-lhe a vigência.

V- É possível a interposição simultânea do recurso extraordinário e do recurso especial.

- a) Somente as alternativas I e II estão erradas.
- b) As alternativas II, IV e V estão corretas.
- c) Somente a alternativa V está correta.
- d) A alternativa IV é a única falsa.
- e) A alternativa III é a única certa.

62. Sobre o duplo grau de jurisdição, é correto afirmar que:

a) segundo entendimento pacífico, constitui atributo do devido processo legal, consistindo na possibilidade de nova apreciação da causa, a fim de diminuir o risco de decisões injustas. É direito assegurado no art. 5º, LV, da Carta Magna.

b) de acordo com entendimento unânime, o asseguramento dos recursos no texto

constitucional, como meio e forma da garantia da ampla defesa, não o faz constituir em elemento essencial do princípio do devido processo legal, só o sendo quando a legislação infraconstitucional houver assegurado especificamente recurso contra determinada decisão.

- c) as duas correntes expostas nas alíneas a e b convivem no mundo jurídico, onde a matéria é controvertida.
- d) a única justificativa para ele apontada é a necessidade humana de obter mais de um julgamento por não se conformar apenas com um só, quando este lhe é desfavorável.
- e) agiliza a tramitação dos feitos, obstaculizando a interposição reiterada e desnecessária de vários recursos, efetivando o direito ao acesso à justiça.

63. Marque a alternativa correta:

- I- Um dos critérios existentes classifica os recursos conforme envolvam assuntos de mera irregularidade processual (*error in procedendo*), como a apelação e os recursos ordinários, ou envolvam assuntos relacionados com o *meritum causae* (*error in iudicando*), como é o caso do agravo de instrumento.
  - II- Os embargos de divergência, cabíveis apenas nas decisões proferidas em recurso extraordinário, têm por finalidade específica a de eliminar divergências no seio do mesmo tribunal.
  - III- A enumeração das modalidades recursais constitui *numerus clausus*, isto é, além dos recursos elencados em lei, a parte pode lançar mão de outros meios para se insurgir contra a decisão que lhe foi desfavorável.
  - IV- Somente a aceitação expressa da sentença ou decisão impede a parte de recorrer.
  - V- A correção parcial constitui recurso destinado a impedir andamento tumultuário dos feitos ou sanar erros quando as leis processuais não fornecem meios para se chegar a esse resultado.
- a) Somente a alternativa V está correta.
  - b) Todas as alternativas estão corretas.
  - c) Apenas a alternativa I está certa.
  - d) Todas as alternativas são falsas.
  - e) Estão erradas apenas as alternativas II, III e IV.

64. Assinale a alternativa incorreta:

- I- É pacífica, na doutrina e jurisprudência, a tese que inadmite recurso com o único objeto de fazer modificar uma parte da motivação contrária ao interesse do recorrente, quando a sentença em sua parte conclusiva lhe for inteiramente favorável.
- II- O recurso interposto por um dos litisconsortes só aos outros aproveita quando houver anuência destes.
- III- O Código de Processo Civil dispensa de preparo para a interposição de recursos a Fazenda Pública, que abrange a União, os Estados, os Municípios, as respectivas autarquias e as empresas públicas.

IV- O Código de Processo Civil manda que o juiz, convencendo-se de que houve justo motivo para não efetuação do preparo do recurso no prazo legal, restitua à parte p prazo para fazê-lo.

V- Da decisão que concede prazo para o recorrente efetuar o preparo cabe agravo de instrumento.

- a) As alternativas I, III e V estão corretas.
- b) As alternativas II, IV e V estão corretas.
- c) As alternativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão erradas.
- e) Somente a alternativa V é falsa.

65. Assinale a alternativa correta:

Com referência ao recurso adesivo, é correto afirmar que:

I- constitui recurso subordinado ao principal.

II- é interposto perante a autoridade competente para admitir o recurso principal, no prazo que a parte dispõe para responder.

III- é admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.

IV- não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

V- a ele se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior.

- a) Somente as alternativas I, III e V estão corretas.
- b) A alternativa II é falsa.
- c) Somente as alternativas III e IV são falsas.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Apenas a alternativa I está certa.

66. Assinale a alternativa incorreta:

Com referência à ação rescisória, é incorreto dizer que:

I- não caracteriza dolo processual, ensejador de sua propositura, o simples fato de a parte silenciar a respeito de fatos contrários a ela, eis que tal proceder não constitui ardil do qual resulta cerceamento de defesa ou o desvio do juiz de uma sentença justa.

II- de acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais.

III- para ser procedente, na hipótese de falsa prova, é necessário que sem esta a sentença não pudesse subsistir.

IV- o documento novo ensejador da rescisão de sentença é aquele que, ainda que produzido anteriormente, não pôde ser obtido pela parte, por ignorar a sua existência, e, além de

rodo, não se caracteriza como tal o documento extraído de assentos públicos.

V- é cabível para corrigir erro material de sentença ou acórdão.

- a) A única alternativa correta é a V.
- b) São falsas apenas as alternativas I e II.
- c) Somente a alternativa III é falsa
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Apenas a alternativa IV está errada.

67. Marque a assertiva correta:

Com relação ao mandado de segurança, é correto afirmar que:

I- na ordem privada, podem impetrar segurança, além das pessoas e entes personificados, as universalidades reconhecidas por lei, como o espólio, a massa falida, o condomínio de apartamentos.

II- substitui a ação popular para obter a invalidação de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos do patrimônio federal.

III- sua denegação faz coisa julgada contra o impetrante.

IV- nele não se admite condenação em honorários de advogado, sendo neste sentido o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

V- não é admissível contra atos meramente normativos, contra a coisa julgada e contra *interna corporis* de órgãos colegiados.

- a) Todas as alternativas estão certas.
- b) Somente a alternativa V está errada
- c) São falsas as alternativas III e IV
- d) Estão corretas as alternativas I, IV, e V.
- e) A alternativa II é a única certa.

68. Assinale a alternativa correta:

Com referência à medida cautelar, é correto afirmar que:

I- será requerida diretamente ao tribunal, se tiver sido interposto recurso.

II- a citação para contestá-la interrompe a prescrição da ação a ser proposta no processo principal.

III- sua finalidade é garantir a eficácia de futura prestação jurisdicional, daí impor-se a concessão do efeito satisfativo.

IV- admite a aplicação do princípio da fungibilidade, quando requerida erroneamente.

V- só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem audiência das partes.

- a) Somente a alternativa I é falsa.
- b) As alternativas I e II são falsas.
- c) Somente a alternativa V está errada.

- d) Estão erradas as alternativas III, IV e V.
- e) A alternativa V é a única certa.

69. Assinale a alternativa correta:

Superada a atividade saneadora do juiz, de acordo com o resultado alcançado, ele pode tomar as seguintes posições:

- I- extinguir o processo sem julgamento do mérito, se presentes quaisquer das hipóteses do art. 267 do Código de Processo Civil.
  - II- extinguir o processo com julgamento do mérito, se verificada uma das hipóteses do art. 269 do Código de Processo Civil, nas quais há a possibilidade ou não de composição da lide pelo juiz.
  - III- decidir diretamente e de maneira antecipada, julgando a procedência do pedido do autor, quando ocorrer a revelia ou a questão de mérito for unicamente de direito ou, sendo de direito ou de fato, não houver necessidade de prova em audiência.
  - IV- desenvolver atividade ordinatória, designando a audiência e pronunciando-se sobre provas.
  - V- As possibilidades retro constituem hipóteses de julgamento conforme o estado do processo.
- a) As alternativas III e V estão erradas.
  - b) As alternativas II, IV e V são falsas.
  - c) Apenas as alternativas I e II são falsas.
  - d) Todas as alternativas estão erradas.
  - e) Todas as alternativas estão corretas.

70. Marque a alternativa correta:

- I- Uma vez qualificado em lei um título como executivo, pouco importa à sua eficácia executória a origem respectiva, tendo a mesma força de realização os que provenham de decisão judicial e os que se aceitam por ato das partes.
  - II- Identificam-se na doutrina duas correntes que procuram explicar a substância e o conceito do título executivo: a teoria documental e a teoria do ato. De acordo com a primeira, na qualificação do título predomina seu aspecto de documento, cuja função é a de provar o direito subjetivo substancial de modo cabal (Camelutti, Rosenberg, Goldschmidt); para a segunda, o título é o ato ao qual a lei liga a eficácia de aplicar a vontade sancionatória (Liebman, Andrioli). A primeira é da tradição do direito brasileiro, muito embora nossa legislação também adote outra.
  - III- A sentença homologatória de laudo arbitral, de conciliação ou de transação, só constitui título executivo judicial quando versar sobre questão posta em juízo.
  - IV- A debênture não constitui título executivo extra judicial.
  - V- A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo não inibe o credor de promover-lhe a execução.
- a) Apenas a alternativa I está correta.
  - b) s alternativas III e IV estão corretas.

- c) Apenas a alternativa III está correta.
- d) Somente a alternativa II é falsa.
- e) As alternativas I e V estão corretas.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

71. Marque a alternativa certa:

I- Ao elenco dos recursos admitidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, agregam-se, por aplicação subsidiária, todos os previstos no Código de Processo Civil.

II- No âmbito do processo do trabalho são legitimados ativos na fase recursal apenas a parte vencida e o terceiro prejudicado.

III- No Direito Processual do Trabalho, a renúncia ao direito de recorrer depende da anuência da parte contrária.

IV- De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, o recurso adesivo é incompatível com o processo do trabalho.

V- No caso de litisconsórcio necessário, o recurso de um litisconsorte aproveita aos demais; a desistência, entretanto, também os afeta, não dependendo da concordância do outro para produzir efeitos.

- a) Somente a alternativa V está correta
- b) Todas as alternativas são falsas.
- c) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) As alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente são verdadeiras as alternativas II e V.

72. Assinale a alternativa correta:

I- Parte da doutrina nacional adota o entendimento de que o vencedor pode recorrer da sentença que lhe foi favorável quando esta carecer de fundamentação jurídica.

II- A remessa obrigatória prevista no art. 1º, V, do Decreto Lei nº 779/69, foi abolida pelo art. 5º, *caput*, da Constituição da República de 1988, de acordo com o qual todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

III- A remessa obrigatória cabe também contra as sentenças condenatórias proferidas no processo de execução.

IV- Todos os recursos apresentados perante a Justiça do Trabalho serão submetidos a relator e revisor.

V- Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente a sua apresentação, registrado na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

- a) As alternativas I e V estão corretas.
- b) As alternativas II e IV são verdadeiras.

- .. c) A única alternativa falsa é a III.
- d) Somente a alternativa I está certa.
- e) Todas as alternativas estão certas.

73. Assinale a alternativa escoreta:

- I- A Constituição Federal de 1988 não eliminou as ações de exclusiva alçada das então Juntas de Conciliação e Julgamento, previstas na Lei n.O 5.584/70, art. 2º, §§ 3º e 4º, com a redação da Lei n.o 7.402/85. Tal somente aconteceu com a Lei n.O 9.957, de 12.01.2000, que instituiu o procedimento sumaríssimo no processo do trabalho.
  - II- A alçada é aplicável à ação rescisória, de acordo com a orientação traçada pela Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.
  - III- Nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo não cabe recurso de qualquer espécie.
  - IV- Os princípios da variabilidade e da fungibilidade, porque expressamente previstos no Código de Processo Civil, fonte subsidiária do processo do trabalho, têm inteira aplicação neste último.
  - V- Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
- a) Todas as alternativas estão erradas.
  - b) Somente as alternativas II e III estão corretas
  - c) As alternativas II e V estão certas
  - d) Somente a alternativa IV é falsa.
  - e) Somente a alternativa V está correta.

74. Assinale a alternativa escoreta:

- I- Os embargos declaratórios, análogos ao recurso de aclaratória do direito argentino, constituem pedido de esclarecimento e complementação do julgado, nas hipóteses de omissão, obscuridade ou contradição. Eles cabem no processo trabalhista e, quando contra sentença de primeiro grau, serão conclusos ao Juiz Titular, que os decidirá em cinco dias.
- II- Cabe recurso ordinário contra decisão proferida por Vara do Trabalho que, em reclamação movida por empregado de autarquia corporativa (CREA, OAB etc.), entende tratar-se de servidor público sujeito a regime único instituído pela Lei nº 8.112/90 e, em consequência, declara a incompetência da Justiça do Trabalho e ordena a remessa dos autos à Justiça Federal.
- III- O perito pode se valer do agravo de petição para manifestar seu inconformismo contra o valor estimado para os seus honorários.
- IV- De conformidade com a doutrina e jurisprudência dominantes, o agravo de petição tem sua interposição restrita às decisões que tenham julgado os embargos à execução ou a impugnação aos cálculos, pois, com base no art. 893, § 1º, da CLT, somente cabe recurso das decisões definitivas.

V- No processo trabalhista, permanece sendo da secretaria da Vara a responsabilidade pela formação do instrumento com o traslado das peças indicadas pelo agravante.

- a) Todas as alternativas acima estão erradas.
- b) As alternativas II, III e IV estão certas.
- c) Apenas a alternativa I é verdadeira.
- d) Somente as alternativas I e V estão erradas.
- e) A única assertiva correta é a II.

75. Assinale a alternativa incorreta:

Com referência às nulidades no processo do trabalho:

- a) O processo do trabalho, ao contrário do civil, não acata o sistema instrumental das formas processuais, consagrando, porém o princípio do prejuízo correspondente à máxima *pas de nullité sans grief*
- b) A impossibilidade do pronunciamento da nulidade, quando argüida por quem lhe houver dado causa, constitui aplicação do princípio da proteção.
- c) O princípio da convalidação referido por Couture, de acordo com o qual toda nulidade, em tese, fica sanada pelo consentimento, está consagrado pelo art. 795 consolidado.
- d) A nulidade fundada em incompetência absoluta não se submete ao princípio da convalidação.
- e) O Juiz ou Tribunal, que pronunciar a nulidade, declarará os atos a que se estende, sendo certo que a nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam conseqüência.

76. Marque a alternativa correta:

- I- O prazo prescricional para o trabalhador rural acionar a Justiça do Trabalho é de até dois anos após a extinção do contrato de trabalho e do trabalhador urbano é de cinco anos até o limite de dois anos após a extinção do contrato.
- II- Não há distinção no prazo prescricional para a ação do trabalhador urbano e rural, sendo de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- III- Da extinção do primeiro contrato de trabalho é que começa a fluir o prazo prescricional do direito para ajuizamento de ação que objetive a soma de períodos descontínuos.
- IV- De acordo com entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, extinto o contrato de trabalho, é de dois anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo o não recolhimento da contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- V - Tratando-se de demanda que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é total.

- a) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- b) As alternativas II e III estão corretas.
- c) As alternativas I, IV e V estão corretas.
- d) As alternativas I e III são falsas.
- e) A alternativa I é a única certa.

77. Assinale a alternativa correta:

- I- A aplicação subsidiária da Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980, que trata da cobrança da dívida ativa da União, no processo do trabalho, tem preferência sobre as normas insertas no Código de Processo Civil.
- II- Se a executada, devidamente notificada, não se pronunciou no prazo concedido pelo juízo, a respeito dos cálculos liquidatórios, restou perempto seu direito, nos termos do art. 879, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho.
- III- A partir da reforma da legislação processual civil realizada em 1994 e 1995, desapareceu do âmbito do processo do trabalho a liquidação por artigos, permanecendo como única modalidade os cálculos do contador.
- IV- O art. 7º da Lei n.º 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, de aplicação supletiva ao processo do trabalho (CLT, art. 889), ao estabelecer que o despacho judicial que deferir a inicial da execução implica, de maneira automática, ordem para o registro da penhora, dispensa o trânsito em julgado desta para ser efetivado.
- V- Os embargos à execução têm o seu processamento condicionado ao prévio pagamento de custas processuais e são autuados em apenso aos autos do processo principal, segundo determina o Código de Processo Civil, fonte subsidiária do processo do trabalho.

- a) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- b) A alternativa I e a V estão corretas.
- c) As alternativas III e IV estão erradas.
- d) Apenas a alternativa IV está errada.
- e) A alternativa II está correta.

78. Assinale a opção escoreta:

- I- Na Justiça do Trabalho, a avaliação dos bens penhorados é realizada por oficiais de justiça avaliadores, no prazo de nove dias, que é o estabelecido pelo art. 721, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho para o cumprimento de diligências pelo meirinho.
- II- Ao instituto da adjudicação trabalhista não se aplica a Lei das Execuções Fiscais (Lei 6.830/80), porque esta norma colide com o expressamente disposto pela Consolidação das Leis do Trabalho. Por exemplo, na execução trabalhista o exequente não pode adjudicar antes da praça, ao passo que a Fazenda Pública pode adjudicar os bens penhorados antes do leilão, pelo preço da avaliação, se a execução não for embargada ou se rejeitados os embargos.
- III- Segundo a orientação jurisprudencial da Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, quando o sindicato é réu, por ter sido autor, como substituto processual, na ação originária, é necessária a citação dos substituídos.
- IV- A ação de reintegração de posse é inadmissível no âmbito trabalhista, salvo sendo o empregado inquilino do empregador e lhe houver pago ou lhe continuar pagando aluguel.

.. .V - A ação de prestação de contas constitui procedimento especial do Código de Processo Civil, que pode ter curso no processo do trabalho, quando se tratar de contas relacionadas com um contrato de trabalho, tendo como partes empregado e empregador, podendo um ou outro ser o autor.

- a) Nenhuma alternativa está correta.
- b) Somente a alternativa II está correta.
- c) Apenas as alternativas III e IV estão erradas.
- d) Apenas a alternativa V está certa.
- e) As alternativas II e V estão corretas.

79. Assinale a opção correta:

No tocante à ação civil pública, é verdadeiro afirmar que:

I- somente o Ministério Público detém legitimidade para ajuizá-la na Justiça do Trabalho.

II- de modo geral, deve ser exercida perante o primeiro grau de jurisdição.

III- o exercício da ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho limita-se à defesa de interesses ou direitos difusos ou coletivos.

IV- seu objeto poderá ser a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

V- o inquérito civil constitui seu pressuposto indispensável.

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) A alternativa II é a única falsa.
- c) Estão corretas as alternativas III e IV.
- d) Somente a alternativa IV é verdadeira.
- e) São falsas as alternativas I, III e V.

80. Assinale a alternativa incorreta:

Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições perante a Justiça do Trabalho:

- a) promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e leis trabalhistas.
- b) manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.
- c) propor ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores.
- d) recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte como naqueles em que oficiou como fiscal da lei, bem como pedir revisão dos enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.
- e) Todas as alternativas acima estão erradas.

## **DIREITO INTERNACIONAL**

81. Todo membro que tenha ratificado convenção da Organização Internacional do Trabalho poderá denunciá-la ao expirar o prazo:

- a) de 5 (cinco) anos contados da vigência internacional da convenção.
- b) de 5 (cinco) anos contados da vigência da convenção no país que a ratificou.
- c) de 3 (três) anos contados da vigência internacional da convenção.
- d) de 8 (oito) anos contados da vigência internacional da convenção.
- e) de 10 (dez) anos contados da vigência da convenção no país que a ratificou.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

82. São princípios fundamentais da República Federativa do Brasil:

- a) o pluralismo jurídico e a promoção do bem estar social da comunidade nacional.
- b) a soberania, a erradicação da pobreza e a iniciativa privada.
- c) a garantia da propriedade privada e pleno emprego.
- d) a cidadania, valores sociais do trabalho e voto secreto.
- e) a dignidade da pessoa humana, soberania, cidadania, os valores sociais do trabalho e livre iniciativa e o pluralismo político.

83. Recentemente, um ex-prefeito de uma cidade paraense foi condenado pelo Tribunal de Justiça à suspensão dos seus direitos políticos por ter usado dinheiro público para enviar cartas aos municípios, relatando obras que executou com dinheiro arrecadado pelo IPTU. A decisão fundou-se no princípio constitucional:

- a) que proíbe publicidade que evidencie promoção pessoal da autoridade.
- b) da moralidade.
- c) da fundamentação (motivação) dos atos administrativos.
- d) segundo o qual a despesa dos municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei.
- e) de não realização de despesas ou a assunção das obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

84. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

- a) o total das despesas com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.
- b) a imunidade parlamentar dos Vereadores por suas opiniões e palavras no exercício do mandato na circunscrição do Município.
- c) subsídio dos Vereadores fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais.
- d) julgamento do prefeito perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, dez por cento do eleitorado.

85. Incluem-se entre os bens dos Estados:

- a) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- b) as ilhas fluviais e lacustres.
- c) o subsolo.
- d) todas as ilhas oceânicas e costeiras.
- e) todas as terras devolutas compreendidas no seu território.

86. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, e desde que a remuneração e os subsídios dos ocupantes não excedam os subsídios mensais, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal:

- a) a de dois cargos de engenheiro.
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- c) a de um cargo de juiz com outro, técnico ou científico.
- d) três cargos de professor.
- e) dois cargos privativos de médico com um de professor.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

87. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência contributivo serão aposentados:

- a) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- b) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 15 anos de efetivo exercício de serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

- c) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença, grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei.
- d) voluntariamente, aos cinqüenta e cinco anos de idade, se homem, e cinqüenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- e) provisoriamente, quando em disponibilidade por vacância de cargo por mais de 5 anos.

88. Um concurso público depois de publicado o resultado e nomeados os aprovados teve a sua nulidade decretada. A Administração Pública descobriu um erro quatro meses após os aprovados terem tomado posse, por isso, em decorrência da nulidade, tornou sem efeito todas as nomeações. O ato administrativo que tornou sem efeito as nomeações está:

- a) errado porque não foram assegurados aos candidatos o contraditório e ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.
- b) certo porque os servidores ainda não haviam adquirido a estabilidade.
- c) errado porque concurso homologado não se anula.
- d) certo porque a Administração Pública não só pode como deve anular os seus próprios atos.
- e) errado porque já estavam vencidos todos os prazos constantes do edital para impugnar o resultado do concurso.

89. Requisitos do ato administrativo são os componentes que o ato deve reunir para ser perfeito e válido. O ato administrativo para ser válido terá os seguintes requisitos:

- a) competência, finalidade e forma.
- b) motivo, forma, conteúdo, agente capaz, impessoalidade.
- c) sujeito, forma, objeto, motivo, vontade e finalidade.
- d) conteúdo válido, objeto, causa e motivação.
- e) forma, motivo, conteúdo e objeto.

90. A Administração Pública pode anular seus próprios atos:

- a) quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles se originam direitos.
- b) por motivo de conveniência do Poder Público.
- c) para não assegurar direitos.
- d) para sanear erros da Administração.

e) quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou de oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

91. Nas licitações há vedações. Quanto ao objeto, é proibido:

- a) incluir no objeto de licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, salvo se o pagamento do preço for parcelado.
- b) incluir no objeto o fornecimento de materiais sem previsão quantitativa ou que não correspondam às previsões do projeto básico ou executivo.
- c) incluir no objeto o fornecido de materiais com previsão de acréscimo de 30% sob o título de reserva técnica.
- d) incluir no objeto bens e serviços sem similaridade, ou indicar marcas ou características e especificações exclusivas, salvo para garantir mercado às empresas do local onde se realiza a concorrência.
- e) incluir no objeto bens e serviços sem similaridade, ou indicar marcas ou características e especificações exclusivas, salvo para assegurar a venda dos produtos das empresas instaladas no Nordeste e na Amazônia.

#### **DIREITO PENAL**

92. Constitui crime contra a organização do trabalho:

- a) constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a exercer arte, ofício, profissão ou indústria ou a trabalhar durante certo período ou em determinados dias.
- b) não fornecer aos trabalhadores os EPI.
- c) obrigar os trabalhadores a exercerem suas atividades em setor insalubre.
- d) os trabalhadores impedirem o empregador de abrir o seu estabelecimento.
- e) desenvolver atividade proibida por lei.

#### **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

93. Para a lei que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social equiparam-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- b) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior ocorridos na residência do trabalhador quando se preparava para ir trabalhar.
- c) ofensa física sofrida pelo segurado ainda que fora do local de trabalho.
- d) ato de negligência de terceiro em viagem de estudo, não financiada pela empresa, para capacitação de mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado,

inclusive veículo de propriedade do segurado.

e) ato de imperícia de terceiro fora do local e do horário de trabalho.

94. O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS que estiver exercendo ou que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime:

a) é segurado obrigatório em relação a essa atividade.

b) não é segurado obrigatório em relação a essa atividade.

c) é segurado facultativo em relação a essa atividade.

d) não é segurado facultativo em relação a essa atividade.

e) não é segurado, mas recolhe contribuição para formar um pecúlio que lhe será pago quando se afastar da atividade.

### **DIREITO CIVIL**

95. Marque a alternativa correta:

a) A personalidade civil do homem começa de seu nascimento com vida e acaba com sua morte ou nos casos de perda da capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil.

b) A incapacidade absoluta priva o incapaz do exercício pessoal de seus direitos, os quais devem ser exercidos por um representante, sendo absolutamente incapazes os menores de 16 anos, os loucos, os surdos-mudos, os pródigos e os silvícolas.

c) A incapacidade civil dos menores cessará quando completar 18 anos; pelo casamento; pelo exercício de emprego público efetivo; pela colação de grau científico em curso de ensino superior e pelo estabelecimento civil ou comercial, com economia própria.

d) As pessoas jurídicas de direito público e privado são instituídas por iniciativa de particulares e começam sua existência legal com a inscrição de seus atos constitutivos no registro competente, após a aprovação ou autorização dos órgãos governamentais.

e) Nosso ordenamento jurídico acolhe a teoria do risco integral com relação à responsabilidade civil do Estado, bastando que haja dano, nexos causal com o ato do servidor e que este se ache em serviço no momento do evento que provocou o dano ao particular, não exigindo dolo ou culpa do agente público.

96. Assinale a alternativa correta, de acordo com as afirmações abaixo:

I- Necessitam de prévia autorização para se constituir as sociedades, as agências ou estabelecimentos de seguros, montepios e caixas econômicas, as cooperativas e os sindicatos profissionais e agrícolas.

II- A pessoa jurídica de direito privado termina pelo decurso do prazo de sua duração, pela dissolução deliberada de seus membros, por determinação legal, por ato governamental ou pela dissolução judicial.

- III- A criação da fundação pode ser feita através de escritura particular ou testamento, contendo a dotação de bens livres, a indicação do fim lícito a que se destina, sendo facultada a especificação da forma de sua administração.
- IV- O estatuto da fundação deve ser submetido ao Ministério Público, que é o órgão fiscalizador das fundações, o qual tem um prazo de 15 dias para aprová-lo, indicar as modificações que entender necessárias ou lhe denegar a aprovação.
- V- Tomando-se ilícito o objeto da fundação, impossível sua manutenção, ou vencido o prazo de sua existência, qualquer pessoa pode promover sua extinção, sendo seu patrimônio incorporado em outras fundações com fins iguais ou semelhantes, salvo disposição em contrário no ato constitutivo ou estatuto.
- a) Todas as afirmações estão certas.  
b) Apenas as afirmações I e IV estão certas.  
c) As afirmações I, II e IV estão certas.  
d) As afirmações I, III e V estão erradas.  
e) Todas as afirmações estão erradas.

97. Marque a alternativa errada:

- a) A renúncia expressa ou tácita só pode ocorrer após consumada a prescrição, e desde que não prejudique terceiros.
- b) A prescrição pode ser alegada em qualquer instância e em qualquer fase processual, não sendo cabível, porém, na fase de execução, exceto quando superveniente à sentença transitada em julgado.
- c) Os absolutamente incapazes têm ação regressiva contra os seus representantes legais, quando estes, por dolo, ou negligência, derem causa à prescrição.
- d) O juiz pode conhecer *ex officio* da prescrição de ação referente ao estado das pessoas.
- e) As causas interruptivas interrompem a prescrição já iniciada, recomeçando o prazo a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.

98. Assinale a alternativa correta:

- a) A obrigação de fazer de natureza infungível pode ser executada pelo devedor ou por pessoa por ele indicada, visto não ser *intuitu personae*.
- b) Nas obrigações alternativas, cabe ao credor a escolha da obrigação a ser adimplida, se outra coisa não foi estipulada.
- c) O pagamento parcial feito por um dos co-devedores e a remissão por ele obtida aproveita aos demais devedores até a concorrência da quantia paga ou relevada.
- d) A obrigação personalíssima opera entre as partes e entre seus herdeiros.
- e) Nos contratos bilaterais os contratantes só responderão civilmente por dolo.

## DIREITO COMERCIAL

99. Dá-se o contrato de fiança, quando uma pessoa se obriga por outra, para com o seu devedor, a satisfazer a obrigação, caso o devedor não a cumpra, mas o fiador pode alegar benefício de ordem, salvo se:

- a) obrigou-se como devedor solidário ou se for comercial.
- b) a fiança for por prazo indeterminado.
- c) a fiança for por prazo determinado.
- d) renunciar o benefício na fiança mercantil.
- e) o credor não permitir a alegação do benefício de ordem.

100. Existe sociedade em nome coletivo ou com firma, quando duas ou mais pessoas, ainda que algumas não sejam comerciantes, se unem para comerciar em comum, debaixo de uma firma social, mas a responsabilidade dos sócios é:

- a) limitada ao capital social integralizado.
- b) limitada ao capital social pertencente a cada sócio.
- c) limitada ao patrimônio social da sociedade que integram.
- d) limitada ao patrimônio social da sociedade, mas atinge ao do sócio-gerente.
- e) ilimitada e solidária.